

História

“NÃO QUERO SERVIR AO MEU SENHOR”: NEGOCIAÇÃO, CONFLITO E HISTORIOGRAFIA DA ESCRAVIDÃO URBANA NO RIO DE JANEIRO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX.

Por Rodrigo Amaral¹

Ideias Chave: Escravidão urbana, relação senhor-escravo, mercado de escravos

Introdução

*“Vende-se uma negra de nação Benguela, sem moléstia alguma, nem defeitos conhecidos, superior lavadeira, cozinha o ordinário, faz compras para casa, também vende quitanda e é muito trabalhadora. Vende-se por não querer servir sua senhora, quem a pretender, dirija-se a rua Glória, nº55, que ali achará com quem tratar.”*²

“Quem quiser comprar uma preta de nação Moumbe, sabe lavar, engomar, cozinhar, e coser bem, vende-se por que ela não quer servir ao seu senhor; dirija-se a rua do Lavradio n.50 que lá achara com quem tratar.”*³

*“Vende-se uma bem feita e reforçada crioula, a qual sabe perfeitamente coser, engomar, cozinhar, e lavar, tudo com muita perfeição e asseio, veste e prega qualquer Senhora, é capaz de tomar conta de uma casa, pelo seu bom comportamento e desembaraço, advertindo que se vende pela mesma escrava assim o pedir, quem a quizer dirija-se a rua do Alecrim n.274.”*⁴

Os três anúncios que iniciam este artigo foram publicados em periódicos da cidade do Rio de

¹ Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro com upgrade na Universidade Técnica de Lisboa, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e autor da tese Sob o paradigma da diferença: Estratégias de negociação, submissão e rebeldia entre elite e subalternos no Rio de Janeiro e em São Tomé e Príncipe (c.1750-c.1850)

² Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. O Volantin, N. 34. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 10 de Outubro de 1822. Grifo meu. Escrita atualizada.

³ Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.78, Rio de Janeiro, Sábado, 5 de Janeiro de 1828. Grifo meu. Escrita atualizada.

⁴ Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.108, Rio de Janeiro, Terça-feira, 13 de Janeiro de 1829. Grifo meu. Escrita atualizada.

Janeiro em 1822, 1828 e 1829. As duas africanas e a crioula⁵ estavam sendo vendidas mesmo recebendo os adjetivos de perfeitas, superiores, bem reforçadas, trabalhadoras e tendo bom comportamento. Mas acreditar na fonte é um risco. Estes senhores poderiam estar camuflando o verdadeiro motivo das vendas e os elogios poderiam fazer parte de uma bisonha estratégia de valorização da mercadoria anunciada. De certo, quando topei com estes anúncios em pesquisa na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁶ percebi que havia encontrado uma documentação interessante para discutir a relação senhor-escravo. Conhecendo algumas centenas de outros anúncios onde os proprietários não aludiram o motivo da venda, chamou mais ainda a minha atenção estes não terem feito o mesmo, ou seja, aquilo era um recado para os interessados. Seria algo como: este escravo é bom, explico pessoalmente o motivo pelo qual não quer mais me servir. Conjectura e estamos no terreno nebuloso da hipótese mas além disso, o simples aparecimento desta justificativa (*Não quero servir ao meu senhor!*), informa-nos que tais motivos poderiam ser aceitos pela sociedade.

Stuart Schwartz é esclarecedor quando cita um caso já relatado por Henry Koster. Uma escrava teria tentado ser comprada por um certo senhor, transação que fora

prontamente efetuada. Dias depois a cativa repetia o pedido, agora para trazer um provável parente para seu novo plantel. Pedido desta vez negado por seu antigo dono. Entretanto, menos de uma semana depois, lá estava o cativo ao lado da pidona escrava, a venda, desta vez, foi motivada por pura pressão do parente da escrava, pois ele recusava-se a trabalhar e ameaçara tirar a própria vida se não fosse vendido.⁷

Tudo isso insinua que os escravos podiam ser ouvidos pelos senhores e que um trabalho mais exaustivo com as fontes pode apresentar uma escravidão diferente da que se apresenta no senso comum. Assim, o objetivo deste artigo é apresentar os avanços na historiografia da escravidão privilegiando a historiografia brasileira e a escravidão urbana, onde pretendemos colocar o leitor em sintonia com os recentes avanços e retrocessos da produção acadêmica brasileira sobre a relação senhor-escravo.

Desenvolvimento

A escravidão ganhou nos últimos anos espaço amplo em teses, artigos e publicações de livros especializados sobre o tema. Assuntos diversos foram abordados, como a cultura africana, a relação dos escravos com os senhores, entre outros focos, que passaram a

⁵ Escravo nascido no Brasil.

*costurar

⁶ Na época como bolsista Nota 10 da FAPERJ cursando o Doutorado em História na UFRJ.

⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.318.

receber novos enfoques pondo em evidência a atuação do escravo como agente social.⁸

Esta página da historiografia brasileira foi assinada por uma nova exploração arquivística. Nela, privilegiou-se a pesquisa de documentos que propiciaram novas interpretações, tornando possível até ouvir as vozes – mesmo que nas entrelinhas – antes mudas de escravos, forros, *pequenos senhores*⁹ e demais agentes sociais fora do ambiente dominante da elite: inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime, ações cíveis de liberdade etc.

Avançar em tal direção não foi empreitada simples, farpas houve – e ainda existem – entre os próceres de diversos caminhos. Aqui destacamos duas vertentes. Uma compartilhada por muitos¹⁰, outra ainda sobrevivente nas perspectivas de Jacob Gorender.

De autoria de Gorender, *O escravismo Colonial* e *A escravidão reabilitada* informam com alguma precisão a visão deste autor.¹¹ O primeiro livro elabora sistematicamente a forma pela qual Gorender entende a escravidão, demonstrando como agiam escravos e senhores no dia-a-dia da relação

entre dono e propriedade. O segundo, escrito a partir de conjunturas especiais, visava responder críticas e confirmar a visão do primeiro, além de ser um esforço para detonar rispidamente uma nova forma de olhar as estratégias dos escravos em busca de autonomia e liberdade.

Na década de 1980, comemorou-se os 100 anos da abolição da escravidão no Brasil – em 1988 – e pesquisadores receberam mais motivações para retomar antigas discussões. Então surgiram trabalhos basilares, retirando do escravo o papel de vítima muda da escravidão e asseverando pioneiramente que este se movia com inteligência, perspicácia ou até certa malandragem não só dentro da senzala, mas também na casa grande, nos becos, ruas e praças onde o trabalho e o suor negro se ofertaram.

Dentre estes estudos, *Campos da Violência*, de Silvia Lara, retratou o escravo como um agente ativo do sistema escravista, sendo a escravidão uma via de mão dupla. De um lado, esperava-se trabalho, obediência e fidelidade, do outro, algum tipo de respeito aos costumes autóctones, concessões, maior autonomia e a possibilidade da alforria. O

⁸ Ressalte-se, neste sentido, as contribuições teóricas dos trabalhos de E. P. Thompson e de microstoriadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Algumas delas serão discutidas neste trabalho.

⁹ O termo “pequenos senhores” vem sendo empregado por diversos autores para se referir aos proprietários de até 4 ou 5 cativos na cidade ou de até 9 mancípios na área rural.

¹⁰ Ver a este respeito a visão de três de seus críticos: LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e*

Escravidão: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808). Dissertação de mestrado IFCS/UFRJ, 1993., CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. e GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998.

¹¹ GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática. 1991. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ª Ed., São Paulo: Ática. 1985.

castigo teria de ser justificável, variáveis que unidas, faria o escravo reconhecer o domínio, posto que viveria sob justo e “bom cativo”. Neste sentido, e foi isso que mais incomodou Gorender, a violência foi tratada através de outro prisma. Ainda que importante para o domínio dos escravos, ela devia fazer parte do “governo econômico dos senhores”¹², ou seja, ela não era negada, mas apenas a violência não daria conta para explicar a aceitação por parte dos escravos de permanecer trabalhando e produzindo naquele violento sistema. Entraria em ação o castigo incontestado, disciplinador.¹³

Estaria aí o rompimento da maioria dos especialistas no assunto com a visão de Jacob Gorender, para quem o escravo está imerso em uma relação mediada explicitamente pela violência. Concessões e promessa da alforria, ainda que estruturais ao sistema na sua visão, serviam aos senhores, faziam parte de estratégias senhoriais no sentido de manter os escravos em ritmos de trabalho aceito por feitores e proprietários. Mas era a violência do sistema ou a ameaça dela que mantinha enfim os cativos trabalhando.¹⁴

O problema desta visão é que caracteriza um senhor com poderes ilimitados, desconsiderando a ação dos escravos no ambiente em que viviam e a possibilidade dos escravos utilizarem valores senhoriais para obter ganhos. Como aqueles mancípios que lutaram na justiça contra senhores que não respeitassem *seus direitos*, ou aqueles que utilizaram a fidelidade e a obediência como estratégia para que um dia pudessem ser recompensados seja com a melhoria nas condições de vida e trabalho, ou até mesmo aquela que talvez fosse a maior concessão, a conquista da alforria.¹⁵ Desconsidera os avanços do Marxismo que ao invés de vitimizar os subalternos, encontra neles lógicas próprias de ação e reação a exploração. Gramsci e Thompson são, neste caso, as grandes ferramentas teóricas de parte desta nova historiografia por promoverem a ideia de que a elite dificilmente impõe seu poder apenas através da execução da violência física ou econômica o tempo todo. Há negociações diárias que ocorrem até mesmo por conta das ações individuais ou coletivas de grupos de subalternos.¹⁶

¹² LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Esta visão é elaborada em todo capítulo I. *Controle Social e Reprodução da Ordem Escravista*. Mas pode se ter uma idéia do castigo como parte disciplinadora nas páginas finais. pp.54-56.

¹³ Idem. Visão que é elaborada ao longo do capítulo II. *O Castigo incontestado*.

¹⁴ GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1992. Ver especialmente a Primeira parte, capítulo II. pp.46-98.

¹⁵ Ver a este respeito. CHALHOUB, 1998. op.cit. Passim. Ver também: GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

¹⁶ THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1996. THOMPSON, E.P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. (3vols.) São Paulo: Paz e Terra, 1987.

Compartilhamos com a perspectiva de que os senhores não foram agentes únicos da história, os escravos contribuíram, e estiveram, muitas vezes – certamente a maioria delas – longe do tronco, tentando elaborar planos, conservadores ou mais radicais, para a obtenção de conquistas mínimas que somados ao longo da vida, o colocaria numa posição melhor dentro da senzala, ou mesmo fora dela. Um campo fecundo para pesquisar a mobilidade dos escravos é a escravidão urbana.

A escravidão urbana

A escravidão urbana começou a ser tratada como tema central na historiografia brasileira na década de 1980, e isto trouxe consigo dois sintomas básicos: (1) os trabalhos vindouros formularam uma visão atualizada do escravo no sistema escravista comportando as discussões acadêmicas da época; (2) Por outro lado, inovadores que eram ao deslocar suas pesquisas do agro para a urbe, estes trabalhos precisaram consumir páginas e páginas explicando que escravo era aquele e como seria reproduzido o sistema escravista na cidade. As respostas vieram, e, *O Feitor ausente* de Leila Algranti¹⁷, por exemplo, explicou como se deu

a entrada do Estado, a partir da Intendência de Polícia da Corte, no controle de cativos com tamanha mobilidade física nas ruas do Rio de Janeiro. Marilene Rosa¹⁸ foi buscar as diferenças com os mancípios do agro. Para ela, o jornal diário poderia, ainda que entre aspas, ser considerado salário, posição compartilhada por Luis Carlos Soares¹⁹. Posicionamento inadequado para a análise de homens cuja relação de trabalho era vivida dentro no sistema escravista.²⁰ Escorregar em tal direção deve ter tido alguma razão. Pode ser que estes autores estivessem preocupados em supervalorizar a autonomia escrava na cidade. Vejamos de que forma.

Neste momento, é necessário deixar a urbe e fazer uma visita a *plantation*, mais precisamente começar por uma expressão cunhada pelo historiador polonês Tadeusz Lepkowski, utilizada por Ciro F. S. Cardoso,²¹ a “brecha camponesa”. Este termo lança luz sobre uma faceta peculiar da escravidão, os instrumentos de dominação que se valiam os senhores para a manutenção do regime escravista e uma margem de autonomia escrava. A concessão de um pedaço de terra pelo senhor para que seu(s) escravo(s) plantasse(m), criasse(m) animais em proveito

¹⁷ ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Petrópolis, Vozes, 1988.

¹⁸ SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O Escravo ao ganho, uma nova face da escravidão*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1986. Dissertação de mestrado.

¹⁹ SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”, in *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8(16), mar.88/ago.88.

²⁰ FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Graal. 1995. Ver o capítulo II. O surgimento de uma sociedade escravista. pp.69-95.

²¹ CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ver especialmente – “A brecha Camponesa no sistema escravista”. pp. 133-154.

próprio, e até vendessem a produção no mercado, traria consigo a manutenção do cativo ao solo, como também a diminuição do custo de sua alimentação, diminuiria a possibilidade de insurreição e fugas. Nesse sentido, a “brecha” agiria como uma via de mão dupla, já que seria lucrativo para o senhor, mas também vantajoso para o escravo, pois ele teria um tempo estipulado para trabalhar em sua terra, maior liberdade física dentro do tempo que dispunha, um espaço “seu” para praticar suas crenças, quiçá até maior possibilidade de acesso à família e a alforria.²²

Feita essa introdução voltemos à cidade e aos trabalhos de Marilene Rosa e de Luiz Carlos Soares. Tendo como objeto central de pesquisa o escravo de ganho na cidade do Rio de Janeiro, ao formular o conceito de “brecha assalariada”, Rosa e Soares trilharam um caminho parecido. Após comentarem sobre a brecha do agro, nomeada “camponesa”, chamariam atenção para a remuneração em dinheiro, o pagamento pelos serviços prestados e/ou produtos vendidos pelos escravos de ganho aos seus clientes nas ruas do Rio de Janeiro.

Uma vez na cidade, os escravos estariam nas ruas vendendo mercadorias, ofertando bebidas e guloseimas, oferecendo sua força física para carregar pessoas, objetos, praticando pequenos ou grandes serviços especializados, em suma, exercendo funções pelas quais receberiam ganhos imediatos em dinheiro. Este dinheiro seria juntado durante todo um dia de trabalho, quando o cativo regressaria para a casa de seu senhor e pagaria o jornal diário.²³ O jornal era uma soma pré-fixada em dinheiro que o escravo devia entregar ao senhor após cada dia de labuta, era como um acordo de trabalho, documentos da época da escravidão, dão conta que o que sobrasse desse pagamento era dele, do escravo. Foi justamente esta sobra que Rosa e Soares nomearam “brecha assalariada”.

Tal incursão, peculiar aos dois autores, talvez visasse atingir um objetivo mais amplo, qual seja, suas próprias noções sobre o sistema escravista. Como bem ressaltou Góes, “a descoberta da ‘brecha camponesa’ [nos moldes de como é tratada por Ciro Cardoso] vinha comprovar que existia um certo grau de autonomia no modo de existir do escravo”²⁴ Assim, cunhar um termo afim para os escravos

²² Idem, Ibidem.

²³ A descrição de um escravo de ganho por João José Reis demonstra que o pagamento do jornal diário variava também em jornal semanal, acrescido que existiram casos deste pagamento ser também mensal: “Os escravos urbanos dividiam a faina diária entre a casa e a rua. Os que trabalhavam só na rua, como *ganhadores*, em geral contratavam com os senhores uma soma diária ou semanal, embolsando o que sobrava. O pecúlio acumulado durante anos de trabalho permitia a

muitos a compra da alforria, frequentemente paga a prestação. Trabalhar na rua, sobretudo trabalhar no porto, facilitava essa difícil passagem à liberdade. Os ganhadores muitas vezes moravam fora da casa do senhor, *provendo sua própria moradia, alimentação e outros gastos pessoais (...)*”. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. pp. 29-30. Grifo meu.

²⁴ GÓES, 1998. op.cit. p.108.

citadinos – “brecha assalariada” –, demonstraria que estes autores partiriam de um pressuposto básico: os escravos teriam condições de influenciar no cativo que viviam, já que possuíam autonomia. Seria necessário, apenas, explicar como se dava esta brecha na cidade. A explicação veio, quando trataram da relação de trabalho que senhores e escravos estabeleciam na cidade. Segundo Marilene Rosa, o excedente do jornal diário que o escravo deveria entregar ao senhor, poderia – mesmo entre aspas – ser considerado salário.²⁵ Já Carlos Soares foi além:

*“Se na relação com os seus senhores eles eram escravos, com os seus empregadores ou os que requisitavam os seus serviços eventual ou permanente eles eram autênticos assalariados.”*²⁶

Segundo o raciocínio deste autor, no trabalho escravo existia um duplo aspecto (escravo/senhor = relação escravista, e, vendedor/comprador = assalariado).

Muito bem, apesar destes trabalhos terem o mérito de uma maior atenção ao regime de trabalho escravo na cidade, a utilização do conceito de “brecha assalariada” carrega sérios problemas.

Seguindo a crítica de Robert Slenes ao conceito de “brecha camponesa”²⁷ a utilização

“ao pé da letra” deste conceito acaba por aprisionar a análise. Não seria diferente na lide urbana, pois a brecha assalariada acaba demonstrando, assim como a camponesa, não casos da vida social, mas uma *brecha* de casos específicos de cativos que lidavam com dinheiro e que tinham grande liberdade de movimentação.

Por último, ao focar a peculiaridade da brecha urbana os autores fixaram sua análise num ponto onde não foi possível aprofundar a pesquisa em situações relevantes vividas por senhores e escravos naquela relação de trabalho e poder, como o resultado da liberdade de movimento que os escravos urbanos possuíam para trabalhar. Nas ruas, os mancípios também utilizaram seu tempo de trabalho para fazer amizades, podendo acionar redes de ajuda mútua, assim estes escravos conheceram um convívio fora do ambiente senhorial. Mais recentemente, alguns trabalhos avançaram nesta direção, como o “Além da senzala” de Ynae Lopes.²⁸

O Sistema possível: Um debate com Mary Karasch

Desde que comecei a trabalhar com fontes primárias que retratavam a escravidão urbana em 2001, me chamou a atenção o fato de escravos comprarem e venderem

²⁵ SILVA, 1986, op. cit. p.134.

²⁶ SOARES, mar.88/ago.88., op. cit. p.131.

²⁷ Ver SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família*

escrava. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. op.cit. pp.197-199.

²⁸ SANTOS, Ynaê Lopes dos. *Além da Senzala: Arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Dissertação de Mestrado: USP, 2006.

mercadorias, roupas e comida, ou seja, consumirem. O texto de Mary Karasch sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos foi marcante, incentivador e intrigante. A riqueza de detalhes e a quantidade de assuntos abordados num trabalho iniciado na década de 1960 compõem um dos muitos méritos da autora, não à toa seu livro tornou-se uma fonte obrigatória para os estudiosos do assunto.

Apesar de Karasch reunir em seu livro incontáveis informações importantes sobre a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro e, sobretudo a vida material, religiosa etc. dos escravos, a forma como analisou os senhores urbanos hoje já está superada. Sua análise agregou-os em bloco, como se formassem uma unidade, podendo-se ver em alguns trechos até a desviada visão de Debret que caracterizou os senhores de escravos urbanos como uma classe. Outro problema foi Mary C. Karasch ter enxergado o sistema escravista na cidade a partir do trabalho do escravo de ganho como um sistema ideal, com “benefícios incalculáveis” para os senhores.²⁹

O Rio de Janeiro foi uma das cidades mais freqüentadas do Brasil por viajantes estrangeiros no século XIX. Como pode ser visto em diversas passagens da Gazeta do Rio de Janeiro, em cada navio, sumaca ou bergantim que atracava no porto poderia estar

mais uma oportunidade para escravos ao ganho completarem o jornal diário. Barqueiros poderiam ajudar no desembarque de pessoas e cargas, carregadores poderiam levar as malas, muitas delas lotadas com o *pacotille* cheio de novidades francesas e/ou inglesas a serem vendidas em armazéns no entorno da rua Direita. Quitandeiras e vendedoras de água poderiam esvaziar seus tabuleiros com sedentos e pasmados viajantes. Este ambiente possibilitou que os escravos trabalhassem em diversas atividades, destacando-se nas ruas aqueles que estiveram ao ganho e à locação. Eles carregaram, costuraram, cozinham, varreram, limpavam, teceram, barbearam, venderam, entre muitas outras atividades.

*“Na rua do Ouvidor n.19 achar-se-ha tudo o que he de luxo e arte, linhas de todas as cores , retroz, botões, franjas de algodão e de seda, luvas e tudo o que he necessário para o arranjo de senhoras. Para a mesma casa deseja-se huma negra de aluguel, que seja fiel e intelligente.”*³⁰

“O armazem Francês, ao pé do Banco, tem recebido de Pariz hum grande sortimento de cortes de vestidos, peças de cassas transparentes bordadas muito ricas, tiras bordadas, çapatos de setim, chalés de lã á imitação de camelo,

²⁹ KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.p.260.

³⁰ Gazeta do Rio de Janeiro, nº 9, Sabbado 30 de Janeiro de 1819. Grifo meu. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

e vendas de todas as qualidades, que se venderão muito baratas.”³¹

*“Bernardo Conolly n.1 rua Detraz do Hospício participa que tem recebido pelo navio Hero, de Londres, hum grande sortimento de Sellins para Senhores e Senhoras, freios, mantas, malas e chicotes de todas as qualidades, graxa de Day e Martin, çapatos, bandejas, imagens, &c. &c.(...)”.*³²

Depois da abertura dos portos em 1808, houve maior circulação de mercadorias e estrangeiros. O estabelecimento de ofícios mecânicos europeus na Corte, forasteiros em busca de enriquecimento, mas que também não dispensavam o trabalho de pelo menos um escravo, aumentou ainda mais as possibilidades de ganhos dos escravos. Como o caso de João Felipe Nolin, mestre de oficina de Marcineiro “de nação Francesa”, que dizia ter:

*“vários móveis dignos de toda a aceitação, e obras de toda a qualidade, pertencentes a sua oficina, e que todos aqueles principiantes, que se quiserem aplicar ao dito ofício, ou quaisquer senhores, que na mesma quiserem adimitir seus escravos, o procurem na Rua de S. José n.19, que ajustando-se, promete usar toda a fidelidade própria de homem de bem.”*³³

Sem contar que o estabelecimento destes na cidade significava mais uma pessoa a consumir no mercado de alimentos, roupas e quinquilharias local, boa parte dominados por forros e escravos ao ganho. Todavia, reconhecer as oportunidades abertas aos senhores, e os espaços de autonomia concedidos aos escravos, não justificam acreditar que aquele era um *sistema ideal*, como queria crer Mary C. Karasch³⁴, muitas vezes acreditando em palavras de viajantes.

Vamos rever então as palavras de Debret e de Karasch. O primeiro afirmou que:

*“(...) encontramos na classe média e mais numerosa o pequeno capitalista, proprietário de um ou dois escravos negros, cuja renda diária basta à sua existência. (...)”*³⁵

Primeiro discordamos de que eram “pequenos capitalistas”, logo também não aceitamos a ideia de tratá-los como uma classe. Por outro lado, o artista francês teria acertado em dizer que se tratavam dos mais numerosos agentes sociais da Corte.³⁶ Mas não sejamos tão radicais na crítica a Jean Baptiste, ele se esforçava para entender aquela sociedade, e o fazia com olhar do europeu, a partir do modelo francês que possuía. Contextualizando suas palavras podemos trabalhar com informações

³¹ GRJ, n° 28, Quarta feira, 7 de Abril de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

³² GRJ, n° 30, Quarta feira, 14 de Abril de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

³³ GRJ, n°3, sábado, 9 de Janeiro de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras. *Grifo meu.*

³⁴ Discutido abaixo.

³⁵ DEBRET, 1989. op. cit.p.66.

³⁶ Ver: AMARAL

riquíssimas para reconstituir parte deste passado. Debret retrata que quatro horas da tarde alguns “homens de pequenas rendas” chegavam ao Largo do Palácio (atual Praça XV) “a fim de sentarem nos parapeitos do cais”³⁷. Em suas palavras:

“É, por conseguinte, lá pelas quatro horas da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as ruas adjacentes ao Largo do Palácio (...). Em menos de meia hora todos os lugares estão tomados e, após as cortesias em uso entre gente que não tem o que fazer, cada um chama um vendedor de doces, menos para comprar uma guloseima do que para engolir de um trago a metade da água contida na pequena moringa que o negro carrega à mão (...).”

*Entre os numerosos e parcimoniosos consumidores, é fácil distinguir-se os mais necessitados, cuja economia exagerada atinge as raízes da avareza. A fim de satisfazer as exigências da sede, o bebedor malicioso chama de preferência um vendedor de aspecto tímido e, certo de confundir-lo, deprecia-lhe a mercadoria num tom extremamente duro e se aproveita da atrapalhão do negro para apossar-se da moringa e beber a água de graça; de carranca fechada, devolve-lhe em seguida a moringa, censurando-lhe a mesquinhez e a sujeira. Vítima dessa dupla injustiça, o infeliz escravo, ameaçado e injuriado, foge. Muito feliz ainda de escapar, a pretexto de encher o recipiente na fonte vizinha.”*³⁸

Muito provavelmente eram pequenos senhores³⁹. E assim podemos observá-los de

forma distinta da de Debret. Não eram pequenos capitalistas por investirem em um ou dois escravos conseguindo *facilmente* prover sua existência.⁴⁰ Isso fica claro quando o próprio francês aponta que entre os “numerosos e parcimoniosos consumidores” existiam os mais necessitados, avaros senhores que se utilizavam de uma “tática recriminável” para beber – sem pagar – uns goles de água nas moringas dos escravos de ganho.⁴¹ A avareza talvez não fosse uma escolha, mas uma necessidade e o contato próximo entre tais senhores e escravos pode engendrar origens em comum, ou mesmo parcerias pretéritas e amizades por dividirem o mesmo espaço e solidariedades por anos, detalhes que escaparam aos olhos do francês pela sua distância do que estava observando.

Contudo, discordo principalmente da leitura de Mary Karasch:

“Do seu ponto de vista, os senhores de escravos haviam desenvolvido um sistema ideal no Rio, no qual, em troca de um mínimo de roupas, alimento e abrigo, seus cativos lhes proporcionavam benefícios incalculáveis: riqueza em termos do que geravam em rendimentos e bens; uma família extensa, em termos das mulheres e filhos que se incorporavam a ela; segurança, em termos de instabilidade monetária e garantias rápidas em emergências econômicas; um pequeno exército para protegê-los nas rixas e conflitos do período; e, por fim, uma rica herança para deixar aos filhos. No Rio

³⁷ DEBRET, 1989. op. cit.p.66.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Ver nota 8.

⁴⁰ Idem. p.66.

⁴¹ Idem. pp.66-67.

daquela época, um senhor com escravos tinha tudo, e quem não os tivesse, era considerado pobre. O preço do privilégio de possuir escravos, está claro, era pago pelos próprios escravos, com trabalho debilitador e morte prematura.”⁴².

A brasilianista estaria correta até onde chama atenção para um ambiente favorável aos senhores para que eles investissem em escravos ao ganho, mas por outro, exagerou na dose. Suas palavras deixam no ar um controle total dos senhores sobre o desenvolvimento do sistema de ganho na escravidão urbana.

Aquele sistema estava longe de ser o ideal, era o sistema possível.

Para o escravo poderia significar maior poder de barganha e maior liberdade de movimentação, mas também maior cobrança senhorial, e trabalho a exaustão já que muitas vezes o jornal diário era a única fonte de renda daquele fogo. Para o senhor poderia significar perder parte de seu poder coercitivo, pois castigar abruptamente um escravo, quando este era praticamente tudo o que ele possuía talvez não fosse uma boa idéia. E se o seu único bem rentável fugisse? Assim, “o preço do privilégio de possuir escravos” era dividido entre os dois agentes sociais: senhores e escravos. Este preço não era – e nunca foi no sistema escravista – pago apenas pelos cativos, como afirmou Karasch.⁴³ O poder de barganha estava

dos dois lados, não era igual, jamais o foi dada a hierarquia entre dono e propriedade, mas a relação senhor-escravo deve ser analisada no cotidiano e não da forma que fez Karasch, que caiu na armadilha do estruturalismo ao deixar nas entrelinhas que a condição senhorial e a condição escrava podiam determinar a forma como ocorriam os benefícios do sistema escravista na cidade.

Este senhor poderia ser sustentado por um ou dois escravos, e estes escravos poderiam ter sim alguns benefícios, como um pecúlio próprio, ou até morar longe de seu senhor, ou ainda ter boas chances de alcançar a alforria, mas estes seriam apenas os exemplos bem sucedidos da amostra. E os outros?

Conclusão

Para Robert Slenes, uma visão mais atenciosa com a historiografia atual sobre escravidão estaria preocupada em desvendar as relações entre senhores e escravos e “refletir sobre o impacto de embates e negociações cotidianas na reprodução do sistema escravista.”⁴⁴ Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que ao formar, isoladamente, a maior parte dos senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro, os pequenos proprietários que possuíam seu escravo como único bem rentável viviam uma realidade de dependência

⁴² KARASCH, 2000. op. cit. p.260. Grifo meu.

⁴³ Idem, Ibidem.

⁴⁴ SLENES, 1999. op.cit. p.45.

maior que a de médios e grandes.⁴⁵ Ao analisar os senhores de escravos, este dado deve ser relacionado a outras variáveis que interferiam naquela relação de poder, pois cada caso devia ter suas particularidades nos “embates e negociações cotidianas na reprodução do sistema escravista.”

Assim, vários fatores reunidos foram ingredientes essenciais para que se alargasse o espaço do cativo urbano. Aliada a oferta do tráfico Atlântico de escravos, o crescimento de bens e serviços na cidade do Rio de Janeiro demandados pelo incremento populacional ocorrido entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX trouxeram, como nunca antes, escravos a quem possuísse cabedais para comprar. A cidade em expansão necessitava de braços para carregar, limpar, construir, produzir etc. Estas atividades se transformavam em ganhos imediatos em dinheiro para os senhores, mas também para os escravos. Considerando apenas estes aspectos, alguns trabalhos afirmaram ser os escravos de ganho o investimento ideal para os senhores urbanos⁴⁶, e deram a entender que existia um controle total dos proprietários no desenvolvimento daquela relação de trabalho e poder. Discordamos. Apontamos que este investimento era a escolha possível para a maioria, não a ideal. Pequenos senhores não eram investidores abastados e poderosos.

Quando foram investir, de um leque de opções existentes, só uma lhes era acessível, comprar escravo(s). Sopesando este aspecto, chamamos atenção para o cativo possível. O que futuras análises poderão aprofundar.

Como Citar: AMARAL, Rodrigo. “*Não quero servir ao meu senhor*”: *Negociação, conflito e historiografia da escravidão urbana no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. In: *Revista Digital Simonsen*. Rio de Janeiro, n.1, Dez. 2014. Disponível em: <www.simonsen.br/revistasimonsen>

⁴⁵ AMARAL, Rodrigo. *Nos limites da escravidão urbana: a vida dos pequenos senhores de escravos na*

urbis do Rio de Janeiro – c.1800 – c.1860. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2006.

⁴⁶ KARASCH, 2000. op. cit.